

Contribuição ao estudo dos índios em Sergipe: depoimento sobre pesquisa e ação

Beatriz Góis Dantas¹

Contribution to the Indians' studies in Sergipe: testimony about research and action

142



Resumo

Relato de pesquisas sobre índios em Sergipe realizadas pela autora a partir da década de 70 do século XX. Tendo como ponto de partida a invisibilidade dos índios na bibliografia sergipana relativa à segunda metade do século XIX, o espectro das questões trabalhadas é amplo e permite registrar conhecimentos advindos do levantamento e tratamento sistemático da documentação arquivística. Resgata algumas experiências práticas em que o processo de escrita se alongava por atividades didático-pedagógicas multidisciplinares voltadas para a divulgação dos saberes e apoio às causas indígenas. Acompanha uma relação dos trabalhos publicados pela autora sobre a temática dos índios.

Palavras-chave: Índios, Sergipe, fontes históricas.

Abstract

Report of research about Indians in Sergipe conducted by the author since the 1970s. Based on the invisibility of the Indians in the Sergipe bibliography related to the second half of the nineteenth century, the issues worked out is broad and allows to register knowledge derived from the systematic collection and treatment of archival documentation. It rescues some practical experiences in which the writing process was extended by didactic-pedagogical multidisciplinary activities aimed at the dissemination of knowledge and support to indigenous causes. It follows a list of the works published by the author about the Indians.

Keywords: Indians, Sergipe, historical sources.

1 Antropóloga, professora emérita da Universidade Federal de Sergipe, sócia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e membro da Academia Lagartense de Letras. E-mail: beatrizgoisdantas@gmail.com

Introdução

Diz o reconhecido sociólogo e crítico de literatura Antônio Cândido que, a certa altura da vida, os depoimentos pessoais perdem muitas vezes o tom da experiência de cada indivíduo, porque essa se dilui no coletivo, e os depoimentos se tornam testemunhos sobre uma geração. Confiante nessa lição, apresento um relato sobre a minha inserção e atuação no campo da história indígena em Sergipe, sistematizando os escritos sobre o tema e contextualizando essa produção em seu momento histórico.

Pretendo, pois, remeter aos avanços e limitações de toda uma geração de pesquisadores que se envolveram com arquivos e pesquisa histórica em Sergipe num momento em que não se contava com a ampla rede de ensino de nível superior dos dias atuais e a Universidade Federal de Sergipe (UFS) era a única instituição voltada para investigação no campo das ciências humanas. Não tinha, contudo, a estrutura organizacional de hoje, como os cursos de pós-graduação e os recursos de bolsas e outros incentivos para a pesquisa e a publicação dos seus resultados. Desse modo, longe de ser uma simples rememoração nostálgica, esse texto pretende ser um exercício de historicizar as condições de pesquisa e lembrar que as produções científicas de hoje resultam de um longo processo.

Há 40 anos, publiquei o meu primeiro estudo sobre a história dos índios em Sergipe. Tratava da Aldeia de Água Azeda e dos conflitos pela posse da terra no século XIX.² Não foi o meu primeiro escrito sobre essa temática, mas como publicação ele se antecipou a um texto produzido e apresentado em Congresso em 1973, sobre a Missão de Geru, que ficou na gaveta até o início dos anos 80.³

Desde então, vieram a lume muitos outros trabalhos, ora sob a forma de livros, capítulos de livros, folhetos, artigos em revistas, muitos dos quais resultantes de comunicações apresentadas em eventos científicos, em cujos anais alguns foram publicados apenas sob a forma de resumo. Há também uns poucos artigos de jornal visando esclarecer o público leitor sobre a questão indígena e, particularmente, sobre o povo Xocó, cuja visibilidade nos anos 1980 causava estranheza e alimentava polêmicas.

O espectro das questões trabalhadas é amplo e permite registrar conhecimentos advindos do levantamento e tratamento sistemático da documentação arquivística, ao tempo em que busca resgatar algumas experiências práticas em que o processo de escrita se alongava por atividades

2 DANTAS, Beatriz Góis. Índios e brancos em conflito pela posse da terra - Aldeia de Água Azeda: século XIX. Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, *Revista de História*, São Paulo, n. LXV, v.II, p.421-452, 1976.

3 DANTAS, Beatriz Góis. A missão indígena do Geru. Programa de Documentação e Pesquisa Histórica, DFH/UFS sd. Republicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 28, p.65-87, 1979-1982.



didático-pedagógicas multidisciplinares voltadas para a divulgação dos saberes e apoio às causas indígenas.⁴

O início das pesquisas

O meu interesse pelo estudo dos índios em Sergipe surgiu nos últimos anos da década de 1960 e foi suscitado por perguntas de alunos em sala de aula. Professora da recém-instalada Universidade Federal de Sergipe (1968), ensinava Etnografia do Brasil, disciplina destinada a alunos dos cursos de História e de Geografia. Seguiu, então, a orientação geral de Artur Ramos, fazendo uso de um livro intitulado *Introdução à Antropologia Brasileira* em que o autor tomava a trilogia brancos/negros/índios como roteiro de trabalho para pensar a formação da sociedade brasileira e a contribuição de cada um desses grandes segmentos étnico-raciais através da aculturação e da mestiçagem.⁵ Ele tratava dos temas com abrangência nacional, mas os alunos queriam saber sobre os índios em Sergipe.

Na historiografia local, os estudos sobre índios restringiam-se ao período colonial com ênfase na conquista e catequese, além de ligeiras referências ao século XVIII, quando a missão jesuítica de Tomar do Geru fora transformada em vila de índios. A grande referência era a *História de Sergipe* de Felisbello Freire.⁶ Dom Marcos de Souza, um presbítero que serviu em Sergipe no início do século XIX, deixou uma ligeira informação sobre os agrupamentos indígenas da Província em 1808, indicando a existência de quatro aldeias e uma vila de índios.⁷

No século XX, havia um ou outro escrito esparso sem densidade de pesquisa e muita repetição do que fora colocado pelo historiador Felisbello Freire no final do século XIX. Em livro sobre as *Etnias Sergipanas*⁸, publicado em 1950, Felte Bezerra apontava timidamente para a negação da existência de índios na segunda metade do século XIX, com base nos relatórios do Presidente da Província, revelando uma importante fonte documental a ser investigada.

A questão que se colocava era: o que acontecera com os índios em Sergipe na segunda metade do século XIX? Até 1850, as autoridades sergipanas admitiam explicitamente a presença de índios na Vila de Índios de Geru, na Aldeia de Santa Fé ou Água Azeda, Missão de Japarutuba, Missão

4 Ver Anexo contendo relação dos trabalhos publicados sobre o tema índio no fim desse texto.

5 RAMOS, Artur. *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil. 1961 [1943].

6 FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe (1575-1855)*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1891.

7 SOUZA, Marcos Antonio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, sua fundação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz*. Aracaju: IBGE/DEE, 2. ed., 1944.

8 BEZERRA, Felte. *Etnias sergipanas*. Aracaju: Livraria Regina, 1950.



Passado o primeiro momento de perplexidade, que partilhei com meu esposo, Ibarê Dantas, apanhei aleatoriamente um dos códices que me pareceu muito antigo: um livro de capa dura que registrava em letra manuscrita a correspondência do Presidente da Província com o Governo Central e comecei a folheá-lo. De repente, meus olhos pararam numa página onde havia uma descrição das aldeias de Sergipe em 1850. Há algumas reflexões sobre o acaso nas pesquisas, e eu me encontrava numa dessas situações. Naquele momento, porém, não pensei em mais nada, a não ser que era ali que tinha que pesquisar. Não havia, contudo, como fazê-lo naquelas condições em que se encontrava o acervo. Continuei então fazendo buscas bibliográficas.

Pouco tempo depois, mais uma coincidência: recebi um convite para implantar, na Secretaria de Educação do Estado, um departamento recém-criado que trataria da cultura e do patrimônio histórico e artístico de Sergipe, conhecido com a sigla de DCPH. Vislumbrei a possibilidade de organizar a documentação do APES e, sob essa condição, aceitei o cargo, dando início a uma série de ações visando o ordenamento e conservação das fontes arquivísticas, tema que, nesse momento, está novamente exigindo presença mais incisiva do Estado.

Depois de ter transferido a documentação do Arquivo para nova sede (Avenida Ivo do Prado, onde hoje funciona o Museu da Gente Sergipana), com assessoria de um técnico do Arquivo Nacional (RJ) e a participação de estudantes do curso de História, teve início a organização do acervo. Esta teve continuidade por muitos anos, mesmo depois da transferência da sede para a Praça Fausto Cardoso. Na fase inicial, os universitários eram bolsistas pagos pelo Estado e, mais tarde, alguns se tornaram funcionários da instituição.

Por essa época, na UFS começavam as preocupações com a pesquisa e a documentação histórica, enquanto fontes imprescindíveis ao trabalho dos historiadores. Logo depois (1972), no Departamento de História implantou-se o *Projeto de Levantamento das Fontes Primárias de Sergipe* que buscava colocar os alunos em contato com os arquivos, estimular sua iniciação na pesquisa e, ainda, pôr à disposição dos pesquisadores um sistema unificado de informações.¹⁰ Apesar de ser um projeto de ampla abrangência, ele se conjugava com meu interesse específico de estudar a história dos índios. Com graduação em História, embora tenha me tornado professora de disciplinas de Antropologia, sempre mantive estreita colaboração com os professores de História e com os alunos, muitos dos quais pesquisaram comigo, sem bolsas ou outras compensações, motiva-

10 FONTES, José Silvério Leite. Levantamento das fontes primárias de Sergipe. Aracaju, *CADERNOS DA UFS*, [S/n], 1972. Ver resultados parciais do trabalho em UFS/DHF/PDPH. *Levantamento parcial das Fontes Primárias do APES*, 4 v. Programa de Documentação e Pesquisa Histórica, PDPH/CECH/UFS, Aracaju, 1982 (mimeo).



dos pelo prazer da descoberta. Devotei-me, então, com determinação ao levantamento da documentação sobre índios, cuja metodologia e resultados estão descritos em texto publicado em 1985 e recentemente atualizado e reeditado no livro *Temas de História e Cultura Indígena em Sergipe*, organizado por Diogo Cruz Monteiro e Kléber Rodrigues.¹¹

Em busca de interlocutores

Na década de 70, sentia, no entanto, necessidade de aproximação com pessoas do campo da Antropologia. Minha antiga mestra, Josefina Leite, falecera logo depois que comecei a ensinar, e eu precisava de interlocutores para as pesquisas. Afinal, o tema índio era eminentemente antropológico. Na Universidade Federal de Sergipe, havia só dois professores de Antropologia, e não tinham interesse comum nas investigações. Busquei aproximação com o antropólogo Pedro Agostinho da Silva, que, na Universidade Federal da Bahia, desenvolvia com seus alunos projeto semelhante sobre os índios daquele estado. Através dele conheci Rosário Carvalho e demais integrantes do seu grupo de trabalho e, desde então, mantivemos rico contato que culminou com importante parceria num trabalho a seis mãos (aí se incluiu José Augusto Laranjeira Sampaio) com o texto que escrevemos, no início da década de 90, sobre “Os povos indígenas do Nordeste Brasileiro; um esboço histórico”, publicado na *História dos índios no Brasil*, livro coordenado por Manuela Carneiro da Cunha, que se tornou uma referência nacional e internacional sobre o tema.¹²

Mas voltemos aos anos 70, quando tive outro importante interlocutor: Luiz Mott, também antropólogo, à época, vinculado à Universidade Estadual de Campinas-SP (Unicamp), que pesquisava demografia histórica de Sergipe e se defrontava com as classificações étnico-raciais da população local presentes na documentação do século XIX. Entre 1974-1980, ele publicou importantes trabalhos sobre essa temática, mais tarde reunidos no seu livro *Sergipe del Rey: População, economia e sociedade*.¹³ O contato com esse pesquisador me permitiu ter acesso a cópia de alguns documentos de outros arquivos estaduais, nacionais e europeus por ele localizados. Além disso, ele me despertou para a possibilidade de, anos depois, cursar mestrado na Unicamp.

11 MONTEIRO, Diogo Francisco Cruz e RODRIGUES, Kleber (orgs.). *Temas de História e Cultura Indígena em Sergipe*. Aracaju: Infographics, 2016.

12 CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, FAPESP/SMC Companhia das Letras, 1992.

13 MOTT, Luiz. *Sergipe del Rey: População, Economia e Sociedade*. Aracaju/FUNDESC, 1986.



Um giro pelo interior

Na primeira metade da década de 70, dediquei-me, portanto, aos levantamentos de manuscritos do APES e fiz uma alentada pesquisa bibliográfica. Quando os trabalhos com essa documentação já estavam avançados, com resultados bastante animadores, tentei a coleta de documentos nos arquivos dos cartórios e das igrejas dos atuais municípios onde se localizavam as antigas aldeias. Ao mesmo tempo, procurava recuperar informações por meio de relatos orais, bem como em visita a alguns dos locais dos antigos aldeamentos. Essa peregrinação pelo interior (São Cristóvão, Geru, Itabaianinha, Porta da Folha, Japarutuba e Pacatuba) revelou-se de resultados muito pobres. A documentação mais antiga dos cartórios estava quase sempre amontoada em lugares inacessíveis à consulta (banheiros úmidos, cubículos escuros sem luz natural ou elétrica). Felizmente nas décadas seguintes essa documentação, cartorária ou o que restou dela, foi recolhida ao Arquivo do Judiciário, que hoje oferece condições adequadas de conservação dos documentos e acesso aos pesquisadores.¹⁴

Nas igrejas, sempre encontrava respostas evasivas. Exceto pela coleta de algumas informações orais, a ida ao interior teria sido frustrante. Em Geru, além da bela igreja barroca construída pelos jesuítas e reconhecida pelo Estado Brasileiro como Patrimônio Artístico Nacional na década de 40 do século XX, nada encontrei que pudesse alargar o conhecimento sobre os antigos habitantes da missão transformada em Vila de índios em 1759. Informaram-me apenas o que os documentos já tinham me revelado: que os índios do Geru tinham migrado para as matas de Cristinápolis, na época conhecida como Chapada. Papéis antigos deviam ser procurados em Itabaianinha, do qual Geru era então dependente do ponto de vista judiciário e religioso. Nesta cidade, apenas a vaga informação de um velho dono de cartório que sabia da existência da antiga aldeia de índios do Geru, já vira documentos sobre conflitos de terra em livros do seu cartório, mas era impossível localizá-los. Não foi outro o resultado da visita ao cartório de São Cristóvão, onde um juiz que servira na comarca me afiançava ter consultado vários documentos de litígios sobre as terras do aldeamento de Água Azeda. A partir de suas indicações, cheguei ao local da antiga aldeia. Fronteira ao Escurial, com casas esparsas na área rural nas proximidades de uma pequena capela de Santa Fé, nome dado ao antigo aldeamento.

14 Nas décadas de 70 e 80, capitaneado por professores da UFS, houve acentuado movimento de organização da documentação arquivística sergipana. Isso resultou na criação do Arquivo Judiciário (1984), do Arquivo Municipal de Aracaju (1987), do Centro de Microfilmagem e Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH) da UFS. Ver OLIVA, Terezinha Alves de. Silvério Fontes e a pesquisa histórica em Sergipe. *Caderno do Estudante*, v.1. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1998. p. 43-47 e FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2007.



Em Água Azeda, cheguei a conversar rapidamente com o desconfiado caboclo Zé das Virgens, um líder das questões fundiárias que então se desenrolavam na Justiça envolvendo um rico fazendeiro da região e os descendentes do antigo aldeamento. Mas não tive acesso ao processo, que, bem mais tarde, Ariosvaldo Figueiredo consultou e incorporou ao seu livro *Enforcados*.¹⁵

Na região do São Francisco, onde se concentrara no século XIX a maior parte dos índios aldeados em Sergipe, comecei por visitar Porto Real do Colégio, na margem alagoana do rio, onde, num bairro periférico da pequena cidade, moravam os Cariri e os Xocó, estes migrados de Sergipe depois da extinção do aldeamento de São Pedro de Porto da Folha e o apossamento das terras pelos fazendeiros. Ali, no final do ano de 1974, entrevistei Firmino, filho de um dos líderes indígenas que, em 1890 e 1916, tinha viajado ao Rio de Janeiro na tentativa de assegurar a posse das terras de São Pedro. Vivia junto com os Cariri e se reportou à peregrinação de seu pai, Inocêncio Pires (que eu já conhecia através dos documentos de arquivo), em busca dos direitos sobre a terra e a perseguição que levou à dispersão dos Xocó.

Figura 2. Firmino, filho do líder indígena Inocêncio Pires. 1974.



Foto: Ibarê Dantas.

Firmino mapeava com acuidade os parentes que tinham ficado na banda sergipana do São Francisco, alguns dos quais periodicamente participavam dos rituais sagrados realizados em Colégio. Em 1974-75 aproximadamente, estive na cidade de Porto da Folha e, no cartório, senti resistências ao meu intento de consultar documentos sobre a ilha de São Pedro, reflexo, talvez, do clima tenso vivido pela Diocese de Propriá, onde atuava Dom José Brandão de Castro com suas equipes de missionários. Mais ou menos na mesma época, tentei contato com uma família de índios que, segundo informações de uma aluna, morava no município de

15 FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *Enforcados*. O índio em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Pacatuba, numa região onde estava sendo construída uma estrada. Desloquei-me até lá, mas tinha havido um conflito e o juiz interditara o local de morada da família, vítima ou acusada de um crime de assassinato.

Enfim, as minhas incursões pelo local das antigas aldeias na década de 1970 renderam muito pouco, mas, de certo modo, confirmavam as observações feitas anteriormente pelos antropólogos norte-americanos Donald Pierson e W.D Hohenthal que, nos anos 50 e 60, tinham visitado a região e registrado a presença de remanescentes indígenas.¹⁶ Desse modo, no Baixo São Francisco onde as antigas aldeias tinham, no século XIX, população indígena mais adensada, após a eliminação legal dos aldeamentos restara nas suas imediações famílias que guardavam as memórias do grupo e falavam com desenvoltura sobre personagens, rituais, violências cotidianas sofridas por seus antepassados, enfim cultivavam uma memória difusa e abafada pelo medo dos tempos em que viviam nas terras do aldeamento e de sua dispersão forçada.

150



Trabalhos e seus contextos de produção

Depois dessa rápida visita ao local das antigas aldeias, concentrei minha atenção na documentação escrita sobre os índios, circunscrevendo-me, sobretudo, ao século XIX. Dediquei-me a escrever alguns ensaios com base no material coletado nos arquivos. Circunscrevi as aldeias/missões como unidade de estudo e comecei a apresentar trabalhos em eventos científicos. O primeiro foi sobre a “Missão indígena do Geru”, apresentado em 1973, no V Simpósio de História do Nordeste, realizado em Aracaju.¹⁷ Em 1976, detive-me a analisar os conflitos entre brancos e índios na aldeia de Água Azeda no século XIX, trabalho apresentado no VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.¹⁸

A sistematização dos dados para a elaboração desses ensaios permitiu responder, pelo menos em parte, a questão que motivara o levantamento: o que acontecera com as aldeias indígenas de Sergipe na segunda metade do século XIX? A Lei de Terras, promulgada em 1850, atuara como um divisor de discursos e práticas em relação aos índios. Apresentados como misturados e mestiços, perdiam o direito às terras que historicamente a Coroa Portuguesa e depois o Império Brasileiro reconheceram por

16 PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*, 3 tomos. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972; HOENTHAL, W.D. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. *Revista do Museu Paulista*, v. XII, 1960.

17 DANTAS, Beatriz Góis. A missão indígena do Geru. Programa de Documentação e Pesquisa Histórica, DFH/UFS sd. Republicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 28, p.65-87, 1979-1982.

18 DANTAS, Beatriz Góis. Índios e brancos em conflito pela posse da terra - Aldeia de Água Azeda: século XIX. Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, *Revista de História*, São Paulo, n. LXV, v.II, p.421-452, 1976.

meio de vários expedientes legais. O projeto de nação una em construção transformava os índios em misturados, e os misturados em não-índios. Sob esse argumento, muitos aldeamentos foram declarados legalmente extintos, inclusive os de Sergipe. No Brasil imperial da segunda metade do século XIX, se idealizava os índios mortos ou os “índios puros” das matas transformados em símbolo da nação.

Os meus trabalhos realizados em arquivos em busca da documentação histórica sobre os índios se prolongaram pela década de setenta, num momento em que os governos militares promoviam a abertura de estradas (Transamazônica, Santarém-Cuiabá, Manaus-Boa Vista), ameaçando a sobrevivência de muitos grupos indígenas do Norte e do Centro-Oeste, sendo objeto de denúncias no exterior;¹⁹ enquanto, no plano interno, se ensaiavam articulações da sociedade civil de apoio aos indígenas. A decisão de buscar em arquivos documentos históricos acerca de índios dados como “extintos” poderia ser vista por alguns setores como atitude típica de reclusão à famosa “torre de marfim”, postura extremamente criticada à época quando se exigia engajamento dos intelectuais. Mas os caminhos da pesquisa são por vezes imprevisíveis.

Em 1978, encontrava-me em Campinas (SP), cursando o mestrado em Antropologia, quando os jornais de Sergipe começaram a noticiar mais um conflito agrário no Baixo São Francisco. Dei-me conta de que a região disputada era o local da antiga missão de São Pedro de Porto Folha, que aparecia com muita frequência na documentação que levantara nos arquivos.

No final dos anos 70, aproveitando as brechas do abrandamento da ditadura militar, movimentos sociais começaram a se fazer presentes com mais força. Na linguagem da época, usava-se a categoria minorias para indicar negros, índios, mulheres, homossexuais, enfim grupos que se sentiam fora dos esquemas de poder e se posicionavam reivindicando direitos. Quase todos os meus professores do mestrado estavam envolvidos em atuações práticas. Apoiavam segmentos específicos da sociedade que, acompanhando a tendência do florescimento dos particularismos que então ocorria em várias partes do mundo, se organizavam afirmando suas especificidades e reivindicando direitos.

Foi nesse contexto que conheci na Unicamp a professora Manuela Carneiro da Cunha, de quem me aproximei no primeiro momento em face da minha dissertação sobre as religiões afro-brasileiras.²⁰ Ela estudara a etnicidade dos ex-escravos retornados do Brasil para a África no século

19 DAVIS, Shelton. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

20 A dissertação de mestrado defendida em 1982 foi transformada no livro *Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

XIX e também se dedicava aos estudos sobre índios e indigenismo.²¹ Em 1979, era integrante da recém-criada Comissão Pró-Índio de São Paulo e estava engajada no movimento contra a emancipação dos índios, um projeto do Governo Federal que visava desmobilizar as lutas indígenas, enquanto a sociedade civil se organizava em entidades de apoio à sua causa. Surge um movimento de afirmação étnica que atinge várias regiões do País, mas é forte, sobretudo, no Nordeste, inclusive em Sergipe, centrado na ilha de São Pedro/Caiçara, local de uma antiga missão, onde se registrava um conflito com os fazendeiros.

Mostrei à professora Manuela a documentação reunida sobre as antigas aldeias de Sergipe e particularmente sobre a missão de São Pedro do Porto da Folha. Juntas, fomos ouvir a opinião do jurista Dalmo Dallari, professor de Direito na Universidade de São Paulo (USP) e membro da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. Este avaliou que o material poderia servir de suporte na defesa dos direitos dos “caboclos da Caiçara”, arguindo-se com direitos imemorais sobre terras. Desse modo, a relação entre a professora e a aluna ganhou uma nova dimensão que se desenrolou no campo da atuação política, na interface entre a intelectual e a militante.²²



Terra dos índios Xocó: entre o estudo e a militância

Escrever sobre a missão de São Pedro fazia parte do projeto mais amplo de registrar a trajetória de cada uma das aldeias, como já fizera com Geru e Água Azeda na década de 70. Ganhou, contudo, uma motivação extra: a de auxiliar na comprovação dos direitos do grupo indígena com base na documentação histórica. Isso fez com que o livro *Terra dos índios Xocó*²³ fosse escrito num curto espaço de tempo, ainda em Campinas, em condições um tanto adversas: eu não podia consultar a maior parte dos meus livros, que permanecia em Aracaju, enquanto uma prolongada greve na Unicamp me impedia o acesso à biblioteca da instituição.

Como o próprio título do livro indica, o enfoque central era a questão da terra. Partilhando o trabalho com o jurista Dalmo Dallari, que escreveu uma curta peça jurídica (“Direitos sobre terras indígenas”), e a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, que fez a Apresentação, escrevi um relato

21 No final da década de 70, Manuela publicou dois artigos inspiradores: *Religião, comércio e etnicidade* (1977) e *Etnicidade da cultura residual mas irreductível* (1979) republicados em CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspás e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. Este livro apresenta uma seleção da sua ampla produção científica e seus escritos de circunstâncias sobre questões indígenas.

22 DANTAS, Beatriz Góis. Mestra Manuela e as interfaces da etnicidade. In: LÉPINE, Claude; HOFBAUER, Andreas, SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Manuela Carneiro da Cunha: O lugar da cultura e o papel da antropologia*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

23 DANTAS, Beatriz Góis e DALLARI, Dalmo. *Terra dos Índios Xocó*. São Paulo: Comissão Pró-Índio/ Ed. Parma, 1980.

histórico intitulado “A antiga missão de São Pedro de Porto da Folha e a recente questão dos Xocó de Sergipe”. Este artigo tem versão mais longa (localizada no final do livro) e uma versão resumida que serve de apresentação aos documentos, cuja publicação em fac-símile ocupa a maior parte da publicação. Propositalmente o destaque maior foi dado à documentação arquivística da qual se fez reprodução em fac-símile, acrescentando-se resumo e transcrição de trechos selecionados com o objetivo de fundamentar os direitos dos índios.

Os documentos xerocopiados e autenticados pelo Arquivo Público Estadual de Sergipe, órgão onde se encontram os originais, foram enviados à Fundação Nacional do Índio (Funai), através da Comissão Pró-Índio de São Paulo, e também ao bispo da Arquidiocese de Propriá, Dom José Brandão de Castro, personagem que, com apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), teve um papel nuclear na reetnização dos Xocó da ilha de São Pedro. Certamente por essa razão foi que o processo de reconhecimento dos Xocó mereceu de uma autoridade da Funai o comentário de que era o processo mais bem documentado dos que então transitavam pelo órgão.

O livro *Terra dos Índios Xocó* saiu em 1980, publicado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, então sob a presidência de Manuela Carneiro da Cunha, que visitou a aldeia localizada na ilha de São Pedro em 1981.²⁴ Desde então, foi crescente o apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo às demandas do grupo indígena. Essa entidade teve importante papel no processo de reconhecimento dos Xocó da ilha de São Pedro e na inserção de suas lideranças no movimento indígena nacional, que se ampliava através de suas entidades, como a União das Nações Indígenas (UNI), criada em 1980. Também inspirou e apoiou a criação da Comissão Pró-Índio de Sergipe (CPI-SE), entidade que atuou entre o final de 1981 e o início de 1986. Ela dava suporte às demandas dos Xocó, articulando-os com o movimento nacional, estabelecendo contato com entidades congêneres, sobretudo a Comissão de São Paulo e de Brasília, com as autoridades e a imprensa. Porém, sua ação mais relevante foi no setor educacional da ilha, onde durante algum tempo manteve professora, e em Aracaju, mediante palestras e exposições didáticas em escolas e museus sobre o grupo indígena.

24 Como presidente da Associação Brasileira de Antropologia (1986-1988), Manuela Carneiro da Cunha notabilizou-se pela atuação em defesa dos direitos dos índios incluídos na Constituição de 1988. Associando militância e pesquisa, escreveu obras sobre direitos indígenas e criou na USP, em 1990, o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII) que promoveu pesquisa e publicação de trabalhos sobre etnologia e história indígena em vários Estados. Em 2011, o NHII foi incorporado ao Centro de Estudos Ameríndios (CEstA/USP).



Figura 3. A autora com a professora da Ilha de São Pedro (1981).

Foto: Jairo Andrade

Essa atividade pedagógica persistiu mesmo depois de cessada a atuação da Comissão Pró-Índio. Era executada no Departamento que reunia os professores de Antropologia e, posteriormente, no Museu do Homem Sergipano, órgão da Universidade Federal de Sergipe.²⁵

Na década de 80, publiquei alguns artigos na imprensa sobre as questões dos índios e, bem mais tarde, em 1997, quando o Estado de Sergipe já criara um Núcleo de Educação Indígena, produzi um livreto destinado a orientar os professores nas questões relacionadas com os índios.²⁶

A indexação dos documentos: a década de 90

Os meus trabalhos publicados na década de 90 se iniciam com um texto que procura dar uma visão de conjunto sobre os índios em Sergipe. Está publicado no livro organizado pelo Departamento de História da UFS intitulado *Textos para a História de Sergipe*²⁷ recentemente reeditado pela Editora da UFS e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) (2013). Todavia, o que marca a produção dessa década são os trabalhos específicos sobre a documentação relativa aos índios. Grande

25 Com essa denominação, o Museu foi aberto ao público em 1996. Contudo, já existia na estrutura da UFS desde 1978 com a denominação de Museu de Antropologia. A partir de 1981 foram realizadas várias exposições sobre índios que, até 1986, contava com a parceria da Comissão Pró-Índio de Sergipe. O Museu do Homem Sergipano foi fechado ao público em 2012. Registro sobre as exposições e seu caráter didático encontra-se em DANTAS, Beatriz Góis. Do Campus para as escolas: o uso da fotografia na divulgação de pesquisa e na integração de saberes. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). *Imagens e Ciências Sociais*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1997, p. 185-201. Republicado In: *Revista do Mestrado em Educação*. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, n. 1, p. 3-17. 1998.

26 DANTAS, Beatriz Góis. *Xokó: grupo indígena de Sergipe*. Aracaju: SEED/NEI. 1997.

27 DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (coord.) *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju, UFS/BANESE, 1991.



parte dos documentos encontrados nos arquivos foram microfilmados e trabalhados com técnicas específicas no sentido de criar instrumentos de pesquisa que facilitasse os trabalhos dos que viessem a se interessar pela história indígena em Sergipe no século XIX.

As publicações da década de 90 são muito marcadas por essa tendência que ganha corpo também no plano nacional através das discussões em Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e no Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII) da USP, com os quais eu tinha estreita vinculação. No âmbito local, já aposentada, continuava dando aulas nos núcleos de Pós-Graduação em Ciências Sociais (NPPCS) e em Educação (NPPED), enquanto trabalhava na indexação dos documentos com o suporte do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII/USP).

Dois publicações vieram a lume: *Repertório de Documentos para a história indígena – Arquivo Público Estadual de Sergipe* (1993) e *Documentos para a história indígena no Nordeste* (1995), no qual faço parceria com pesquisadores do Ceará e do Rio Grande do Norte, pois o trabalho do NHII/USP tinha abrangência nacional.²⁸ A publicação dos documentos de Sergipe foi realizada sob a forma de Repertórios, “instrumentos que descrevem, resumem e localizam documentos sobre um dado assunto no acervo de uma instituição”.²⁹ Neles estão descritos 353 documentos do Fundo Governo e 329 das Coleções Clero e Câmaras Municipais, tais como se encontravam constituídos no Arquivo Público de Sergipe à época.³⁰ Têm como datas limites 1823-1888. Circunscrevem-se, portanto, ao período imperial. Além do resumo do documento, com entrada por ordem cronológica, há índice temático e topográfico para facilitar a consulta. No tocante a Sergipe, não se transcreveram os documentos; eles foram microfilmados e cópias desses microfilmes foram depositadas em diferentes instituições, como a Universidade Federal de Sergipe (microfilmes entregues aos Departamentos de História e de Ciências Sociais, armazenadas no Centro de Microfilmagem); ao Arquivo Público Estadual; ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; e ao Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII/USP). Este Núcleo, criado na USP por Manuela Carneiro da Cunha em 1990, se encarregou de publicar os dois trabalhos, do

- 28 DANTAS, Beatriz Góis (org.) *Repertório de documentos para a história indígena - Arquivo Público Estadual e Sergipe: Coleções Clero e Câmaras Municipais*. [vol. 1], São Paulo, NHII/USP/FAPESP, 1993. Repertório de documentos sobre índios em Sergipe. In: PORTO ALEGRE, Silvia; MARIZ, Marlene e DANTAS, Beatriz Góis (orgs.). *Documentos para a história indígena no Nordeste*. São Paulo, NHII/USP/FAPESP, p. 189-269. 1994.
- 29 BELLOTO, Heloísa Liberalli. Descrição: processos e instrumentos. In: *Arquivo de Rio Claro*, v.6, n. 2 jul.1987.
- 30 O que foi indexado constitui apenas parte do acervo do APES, onde há muitos outros documentos relativos aos índios espalhados em diversos Fundos, inclusive em séries do Fundo Governo que não foi explorado integralmente.

mesmo modo que realizou e publicou o *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros*, coordenado por John Monteiro.³¹ Nessa publicação, Sergipe figura com a presença de seis instituições, localizadas em Aracaju, detentoras de fontes para os estudos dos índios, trabalho realizado sob a coordenação dessa pesquisadora.³²

Uma menção final cabe ser feita a alguns trabalhos que tratam das representações sobre os índios em diferentes segmentos da sociedade: entre intelectuais sergipanos que transformam o índio, por meio da figura do cacique Serigy, em ícone presente no selo do Estado de Sergipe,³³ enquanto camadas populares trabalham a figura do caboclo, caracterizado como índio domesticado, em espetáculos de rua com forte apelo dramático, como é o caso do folguedo Lambe-sujo X caboclinho da cidade de Laranjeiras.³⁴ Nesses, como em outros trabalhos apresentados em eventos científicos, faço uso mais intenso da perspectiva antropológica e do simbolismo que permeia expressões eruditas e populares que tematizam a figura do índio em Sergipe.

Considerações finais

Esse projeto de pesquisar os índios se iniciou com uma questão muito simples: descobrir o que levou à invisibilidade dos índios em Sergipe a partir da segunda metade do século XIX. Em alguns momentos inspirei-me na teoria da aculturação (Geru); em outros, recorri à fricção interétnica como referente teórico (Água Azeda). Em *Terra dos índios Xocó* as questões de etnicidade estão subjacentes, mas autores e teorias não são explicitados, tendo em vista o destinatário primeiro da obra: administradores, juristas, público em geral. Em outros pequenos trabalhos, as teorias antropológicas sobre simbolismo são mais presentes.

O foco principal do meu trabalho foi reunir a documentação e ordená-la visando montar uma reconstrução da história das aldeias e seus habitantes, suas relações com agentes locais, com o Estado Nacional e suas políticas

31 MONTEIRO, John Manuel (org.). *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros*. Acervos das capitais. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1994.

32 Ver DANTAS, Beatriz Góis. Fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos de Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 31, p. 13-30, 1992-1997. História indígena no Nordeste: fontes e instrumentos de pesquisas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio; GALINDO, Marcos; SILVA, Edison. *Índios no Nordeste: Temas e problemas*. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, p. 77-101, 1999. Republicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 32, p. 19-39, 1993-1999.

33 DANTAS, Beatriz Góis. Da taba de Serigy ao balão do porvir: representações sobre índios em Sergipe no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 33, p.20-45, 2000-2002. [1995].

34 DANTAS, Beatriz Góis. Representações sobre índios em danças e folguedos folclóricos (revisado e com notas). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 35 p. 89-104, 2006. [2003]



em relação aos índios, bem como revelar as ideias sobre o lugar do índio nessa sociedade. Foi importante para mapear o campo. Os documentos permitiram uma primeira visualização dos fatos em sua sequência temporal através da qual foi possível estabelecer conexões com o contexto local e as ocorrências coetâneas de outros lugares, ampliando assim o campo de visão e a compreensão de processos que se desenrolam até os dias atuais.

Como diz Roger Bastide, sociólogo francês que tanto pesquisou o Brasil: as interpretações passam, os dados ficam. Desse modo, os documentos reunidos sobre os índios que serviram de base empírica à elaboração de alguns trabalhos meus, ao serem parcialmente organizados nos Repertórios, ficam à disposição de outros pesquisadores, prontos para serem retomadas sob outras perspectivas, outras teorias. Assim avança a ciência.

Alegra-me muito ver que há uma nova geração de pesquisadores interessados na história indígena, mas também em vários outros temas relacionados com os índios em Sergipe. Informo que, no ano de 2015, fiz doação para a Biblioteca Central (BICEN) da UFS dos livros que ao longo da vida reuni sobre índios. São aproximadamente 250 exemplares que se somam ao acervo da Universidade. Acrescento, em anexo, uma relação do que publiquei sobre o tema. Que floresçam novas pesquisas.



ANEXO

Relação dos trabalhos publicados sobre índios em Sergipe por Beatriz Góis Dantas (1976-2016)

A ordem cronológica adotada na apresentação dos trabalhos ajuda a acompanhar as minhas preocupações, o deslizamento do meu interesse pelos documentos reunidos ao longo dos anos e o empenho em microfilmá-los e submetê-los a tratamento específico, gerando os Repertórios, instrumentos de pesquisa que ajudam na localização das fontes.

Alguns artigos foram publicados mais de uma vez, em diferentes lugares. Era algo intencional, na tentativa de fazer com que o público local tivesse acesso ao que era divulgado fora de Sergipe, às vezes em revistas especializadas de distribuição restrita. Nos dias atuais, esse cuidado caducou. A internet se encarrega de tornar acessível rapidamente não só o que se publica, como o que se apresenta em reuniões científicas. A propósito cabe lembrar que muitos dos trabalhos aí elencados estão disponíveis on-line.

Duas observações finais merecem ser feitas: não estão aqui incluídos relatórios e outros textos que circularam mimeografados ou digitados. A data entre chaves [...] junto à data de publicação do trabalho indica o ano da escrita do texto.

Trabalhos publicados

1976 - Índios e brancos em conflito pela posse da terra - Aldeia de Água Azeda: século XIX. Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, 1976, *Revista de História*, São Paulo, n. LXV, v.II, p.421-452, 1976.

1980a - *Terra dos Índios Xocó* (co-autoria com DALLARI, Dalmo). São Paulo: Comissão Pró-Índio/ Ed.Parma, 1980, 186 p.

1980b - Xocó, os filhos da ilha: morrer, matar ou correr. *Porantim*, Manaus, jan/fev. 1980.

1981 - Os Xocó e a questão da indianidade. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 19.04.1981.

1982 - [1973] A missão indígena do Geru. *Programa de Documentação e Pesquisa Histórica*, DFH/UFS sd. Republicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 28, p.65-87, 1979-1982.

1982 - O nu e o vestido. *Folha da Praia*, Ano 2, n. 48, Aracaju: 17.04.1982, p. 4.

1983 - [1982] O nu e o vestido. *Jornal Piripiri*. Aracaju: 12.05.1983.

1984 - Os índios e nós. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju: 13.04.1984.

1985 - [1984] História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe. *Revista de Aracaju*, n. 8, p.115-123, 1985. Aracaju. Republicado na *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 30/31/32, p. 469-479, 1987/88/89. Ver 2016.

1987a - Do frade ao fazendeiro: estudo de caso sobre a missão de Pacatuba (Se) no século XIX. *Anais da XV Reunião Brasileira de Antropologia [resumo]* (ABA), Curitiba. 1987, p.60.

1987b - [1986] A tupimania na historiografia sergipana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 29, 1983-1987, p. 39-47.

1988a - Resenha sobre “Os Capuchinhos na Bahia: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil”. Pietro Vitorino Regni. Salvador (BA), Brindes (RS), Casa Provincial dos Capuchinhos/Escola Superior de Teologia, 1988. In. *Gazeta de Sergipe*. Aracaju, n. 414, 23 a 29 out. 1988. Suplemento Arteliteratura. p. 7. Republicado in: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro. v.15, n. 2-3, p. 205-206, 1990.

1988b - Nem selvagens nem bons: Representações sobre índios no século XIX. *Resumos da XVI Reunião da Reunião Brasileira de Antropologia*. ABA. Campinas, 1988 p. 35.

1988c - Divulgação de pesquisas através de exposições: Experiências no campo da Antropologia. Seminário de Pesquisa da UFS, 1988. Aracaju.



- Resumos de Comunicações*. Aracaju. Universidade Federal de Sergipe. 1988. p. 59.
- 1991 - Os Índios em Sergipe. In: *Textos para a História de Sergipe*. DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (coord.). Aracaju, UFS/BANESE, 1991, p. 19-60.
- 1992 - *Os povos indígenas do Nordeste brasileiro: um esboço histórico*. Escrito em parceria com SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras e CARVALHO, Maria Rosário G. de. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, FAPESP/SMC, Companhia das Letras, 1992, p. 431-456.
- 1993 - *Repertório de documentos para a história indígena - Arquivo Público Estadual de Sergipe: Coleções Clero e Câmaras Municipais*. [vol. 1], São Paulo, NHI/USP/FAPESP, 1993.
- 1994a - Repertório de documentos sobre índios em Sergipe. In: PORTO ALEGRE, Sílvia; MARIZ, Marlene; DANTAS, Beatriz Góis (Org). *Documentos para a história indígena no Nordeste*. São Paulo, NHI/USP/FAPESP, 1994, p. 189-269.
- 1994b - Documentos para a história indígena em Sergipe. In: MONTEIRO, John Manuel (org.). *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo em Arquivos Brasileiros - Acervos das Capitais*. São Paulo, NHI/USP/FAPESP, 1994, p. 440-449.
- 1994c - Sistematização de fontes e instrumentos de pesquisa para a história indígena. *II Semana de História, Resumos*, ANPUH/UFS. Aracaju, 1994. p.21-22.
- 1994d - Cruzando fronteiras: multidisciplinaridade na pesquisa documental sobre temática indígena. In. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. *Resumos da ANPOCS*. 1994. p.18
- 1995 - Da taba de Serigy ao balão do porvir: representações sobre índios em Sergipe no século XIX. *Resumos da ANPOCS*, 1995.
- 1996 - *Xocó: presença indígena em Sergipe*. Catálogo de exposição. Aracaju: CEAV/UFS, 1996, 10 p.
- 1997a [1992] - Fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos de Aracaju. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 31, p. 13- 30, 1992 -1997.
- 1997b - *Xokó: grupo indígena de Sergipe*. SEED/NEI. Aracaju: 1997, 45p.
- 1997c - [1995] *Do Campus para as escolas: o uso da fotografia na divulgação de pesquisa e na integração de saberes*. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org). *Imagens e Ciências Sociais*. João Pessoa: Editora



da Universidade Federal da Paraíba, 1997, p. 185. Republicado [com muitas incorreções] In: *Revista do Mestrado em Educação*. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, n. 1, p. 3-17, 1998.

1997d - Dom Pedro entre índios: fontes escritas. In. Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste. Recife, 1997. *Programa/Resumos*. UFPe/CNPq/FINEP/ABA, Recife, 1997, p.48.

1999a - O índio em Sergipe no século XIX. *Judiciarium*. Aracaju, n. 34, p. 10-12, 1999.

1999b - [1996] História indígena no Nordeste: fontes e instrumentos de pesquisas. In: ALMEIDA Luiz Sávio; GALINDO, Marcos; SILVA, Edison. *Índios no Nordeste: Temas e problemas*. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 1999, p. 77-101. Republicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 32, p. 19-39, 1993-1999.

2002 - Da taba de Serigy ao balão do porvir: representações sobre índios em Sergipe no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 33, p.20-45, 2000-2002.

2003 - Representações sobre índios em danças e folguedos folclóricos. *Revista do 6º Festival Nacional de Danças Folclóricas de Blumenau*. Fundação Cultural de Blumenau, p.34-38, 2003.

2006 - Representações sobre índios em danças e folguedos folclóricos (revisado e com notas). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 35, p. 89-104, 2006.

2013 - [1991] Os Índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (coord.). *Textos para a História de Sergipe*. 2. ed. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: IHGE, 2013. p. 25-74. 2016 - História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe (texto ampliado e atualizado). In: MONTEIRO, Diogo Francisco Cruz e RODRIGUES, Kleber (Org.) *Temas de História e Cultura em Sergipe*. Aracaju: Infographics, 2016. p 27-49.

Aracaju, abril de 2017.

